



Teóphilo: 300 deputados e 30 senadores

Banqueiros contam com nova estratégia para a Constituinte

WALTER DIOGO
Colaborador

Rio — Os banqueiros já montaram sua estratégia de lobby para a Constituinte e só estão aguardando o início das discussões sobre os capítulos referentes à ordem econômica para começar a atuar. Segundo o vice-presidente da Federação Nacional de Bancos de Azeredo Santos, os banqueiros vão atuar junto com os empresários do setor comercial e industrial em defesa da economia de mercado e mobilizando cerca de 300 deputados e quase 30 senadores.

A Fenaban fez um levantamento detalhado sobre os deputados e senadores que defendem a economia de mercado e pretende influir junto a eles na discussão sobre as questões econômicas e trabalhistas. Os deputados e senadores favoráveis à economia capitalista têm recebido um vasto material de estudo comparativo sobre várias constituições do Brasil e de outros países e sugestões sobre a manutenção de um artigo que defina o Brasil como uma nação de economia não-socializada.

Vários diretores da Fenaban têm visitado o Congresso, desde o início da atual legislatura, e conversado com os parlamentares. O vice-presidente da entidade, Teóphilo de Azeredo Santos, está credenciado no Congresso e pode, inclusive, ingressar no plenário. Ele tem visitado o Congresso, quase toda semana, para conversar com os parlamentares.

O assessor de comunicação da Fenaban, Ney Figueiredo, também está atuando junto ao

Congresso, procurando defender teses da entidade.

Para Azeredo Santos, a Fenaban tem interesse em discutir as questões sobre direito de greve, participação nos lucros das empresas, estabilidade no emprego e os monopólios da União. A entidade também quer discutir as questões sociais, como direito ao ensino gratuito, o direito à habitação e à assistência médica.

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil, por exemplo, já montou, também, uma grande estrutura de assessoria para influir na Constituinte e quer influir, principalmente, nas discussões sobre a Previdência Social. Segundo Amaury Temporal, presidente da confederação, a Constituinte tem de definir sobre o futuro dos serviços médicos da Previdência Social.

“Hoje, todos os trabalhadores têm direito à assistência médica gratuita da Previdência Social, mas todos os acordos salariais assinados em São Paulo exigem o serviço médico privado. As empresas pagam duplamente. Portanto, tem de ser discutido se se acaba ou não com esse serviço médico estatizado”, comentou.

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil montou um grande lobby junto à Constituinte, liderado pelo deputado Afif Domingues, de São Paulo. A principal proposta da entidade é defender a economia de mercado e a total liberdade de negócio, acabando com os monopólios do Estado na área de energia, transporte, comunicação (correio, telefonia, etc.).

ANC
ANC 88
Pasta 12 a 20
março/87
060